

GT 5 – Juventudes e trabalho: desafios na contemporaneidade

## **JUVENTUDES PRIVADAS DE LIBERDADE**

### **Possibilidade e desafios no ingresso do Ensino**

#### **Superior**

### *YOUTHS DEPRIVED OF LIBERTY*

#### *Possibilities and Challenges in Accessing Higher Education*

Iara Silva Miranda de Oliveira<sup>1</sup>

Jessica Mendes Santana<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O artigo tem como objetivo refletir sobre a condição juvenil de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e sua relação com a educação nas unidades, com ênfase no direito à continuidade dos estudos e no acesso ao ensino superior. A análise parte da experiência da atividade extensionista “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP”, originada em 2025 a partir de um projeto desenvolvido em uma disciplina do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). A juventude não se constitui como uma categoria homogênea, mas é atravessada por desigualdades sociais, raciais e territoriais que incidem diretamente sobre o acesso a direitos e oportunidades, em especial, à educação superior. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir a juventude em contexto de privação de liberdade, reconhecendo os múltiplos obstáculos estruturais enfrentados por esses sujeitos, como a precarização das políticas públicas, a estigmatização social e a ruptura de vínculos escolares, sem desconsiderar, contudo, seus projetos de vida, formas de resistência e potencialidades.

Palavras-chave: Juventude; Privação de liberdade; Ensino superior; Atividade extensionista.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, na Universidade de São Paulo. E-mail: iaraoliveira@usp.br.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. E-mail: jmendesantana@usp.br.

**ABSTRACT**

*The article aims to reflect on the youth condition of adolescents serving socio-educational measures and their relationship with education within these institutions, with an emphasis on the right to continue their studies and to access higher education. The analysis draws on the experience of the extension activity “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP”, created in 2025 from a project developed in a course of the Social Sciences program at the School of Philosophy, Languages and Human Sciences (FFLCH) of the University of São Paulo (USP). Youth is not a homogeneous category; it is shaped by social, racial, and territorial inequalities that directly affect access to rights and opportunities, particularly higher education. In this sense, it becomes essential to discuss youth in contexts of deprivation of liberty, recognizing the multiple structural obstacles faced by these individuals—such as the precariousness of public policies, social stigmatization, and the disruption of school trajectories—while also acknowledging their life projects, forms of resistance, and potentialities.*

*Keywords: Youth; Deprivation of liberty; Higher education; Extension activity.*

Data de envio do artigo: 05 de dezembro de 2025.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a condição juvenil de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e sua relação com os processos educativos desenvolvidos nas unidades de internação, com ênfase no direito à continuidade dos estudos e às possibilidades de ingresso no ensino superior. O ponto de partida da reflexão é a experiência de uma atividade extensionista (AEX) intitulada “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP”, originada no primeiro semestre de 2025 como projeto de disciplina e inicialmente estruturada em um ciclo de oficinas, composto por uma roda de conversa sobre o vestibular e duas aulas de redação. No semestre seguinte, a iniciativa foi formalizada como AEX, ampliando seu escopo e aprofundando sua articulação entre universidade e sistema socioeducativo.

O trabalho parte do pressuposto de que a juventude não constitui uma categoria homogênea: ela é atravessada por desigualdades sociais, raciais, econômicas e territoriais que moldam, de maneira profunda, o acesso a direitos e oportunidades, entre eles, a educação básica e superior. Tal constatação torna ainda mais urgente analisar a situação específica de jovens privados de liberdade, que vivenciam múltiplos obstáculos estruturais, como a precarização das políticas públicas, a estigmatização institucional e social, a violência estatal e a descontinuidade dos vínculos escolares.

Nesse contexto, refletir sobre trajetórias educativas no sistema socioeducativo significa também reconhecer e afirmar os projetos de vida, as resistências e as potencialidades desses jovens, frequentemente invisibilizados nas narrativas públicas sobre a socioeducação. Assim, este artigo busca problematizar as condições de acesso à educação nas unidades, discutir as possibilidades de continuidade dos estudos e examinar, por meio da experiência extensionista relatada, como as ações universitárias podem tensionar as fronteiras entre punição, educação e futuro.

## 2 DESENVOLVIMENTO

### 2.1 Dialogando com a Sociologia da Juventude

A noção de juventude normalmente se delimita a partir da ideia de que jovem é toda pessoa que se enquadra numa determinada faixa etária (Castro; Abramovay, 2015; Abramovay, 2015). Essa delimitação não é homogênea e varia a depender do país. No Brasil, são consideradas jovens pessoas com idade entre 15 a 29 anos, tendo em vista:

O aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir principalmente o primeiro emprego, o que implica na necessidade de mais proteção social quanto a vulnerabilidades e a ideia de que em tal faixa de idade não se deveria precisar trabalhar, mas estar apenas estudando para conseguir melhor colocação na vida e ter mais tempo para formação, ou em trabalhos que colaborassem na formação dos jovens e fosse gratificante (Castro; Abramovay, 2015, p.7).

O conceito de juventude foi abordado inicialmente pela “sociologia pública” e “sociologia para as políticas públicas”, sendo discutido por diversas perspectivas, dentre elas, pelo ciclo etário. No entanto, no campo das Ciências Sociais, critica-se o uso da idade como único indicador, por compreender-se que há uma complexidade na categoria jovem (Abramovay, 2015). O debate em torno da categoria juventude assume diversas nuances e perspectivas a depender do momento histórico (Groppo, 2017), sendo assim não há uma delimitação conceitual comum para o campo.

Há um debate em torno do conceito de juventude que envolve o reconhecimento de diversas formas de ser jovem, defendendo assim o uso de juventudes no plural (*Ibidem*). Segundo Abramovay (2015) alguns autores se valem da combinação entre os termos juventude-juventudes para destacar uma dupla dimensão da categoria: de singularizar o jovem — pensando a partir de marcadores sociais, pertença territorial etc. — e de se considerar os ambientes sociais e sistemas de identidades onde os jovens circulam. Para a autora, essa percepção alerta para a importância de singularizar o jovem, enquanto parte de uma geração e de um período histórico, assim como, também é importante considerar ambientes sociais e sistemas de identidades pelos quais diferentes jovens circulam.

Ademais, Abramovay, poderá que quando falamos em juventudes, devemos estar atentos à ideia de “diversidade”, isto porque, ela pode ocultar/camuflar os processos de

desigualdades sociais, pois a fronteira entre diversidade e desigualdades sociais é fluída — marcada pelo silenciamento das desigualdades.

Sendo assim, compreende-se que o conceito de juventude varia a depender da história e do contexto social. Segundo Groppo (2017) juventude é uma categoria social e histórica. É uma categoria social, pois faz parte de uma “estrutura social, de formar um grupo, uma coletividade de sujeitos, assemelhados pelo *status* etário intermediário” (*Ibidem*, s/p), e por fazer parte de um imaginário social enquanto um símbolo. Enquanto categoria histórica, é uma representação social, um grupo etário que não é reconhecido em todas as sociedades, ela está sujeita a transformações e metamorfoses.

Um dos elementos constituintes da categoria juventude é o conceito de condição juvenil que tem como característica a diversificação dos processos de socialização e de construção de identidades (Dayrell, 2007 *apud* Abramovay, 2025). Dito de outra forma, a condição juvenil está relacionada às diversas formas que os sujeitos vivenciam e dão significado ao que é ser jovens, isso varia a depender do contexto social, econômico, cultural e territorial que estão inseridos. Portanto, há jovens e jovens, isto significa que nem todos vivenciam a juventude da mesma forma. Há diversas formas de vivenciar as experiências de vida e as trajetórias dadas às desigualdades sociais e aos marcadores sociais da diferença, tais como classe social, raça, gênero, território etc. Diante disso, faz-se necessário também refletir sobre os jovens que são vitimizados pela criminalização e violência.

Segundo Groppo (2011), a condição juvenil se configura a partir de uma relação entre sociedade *versus* indivíduos e grupos juvenis, uma relação contraditória entre sociedade e juventude. Essa relação é dialética, pois se fundamenta na contradição entre o movimento de integração/socialização e de autotomia/criatividade. Tal se expressou ao longo da história de ações voltadas à institucionalização da juventude, com a formação de presença de ações e/ou residências dos indivíduos e grupos considerados jovens ou que se assumem como jovens.

Condição juvenil é e era, ao longo da “modernidade” e contemporaneidade, uma condição dialética, fruto da contradição posta e repostada entre instituições sociais e possibilidades de autonomia dos jovens (*Ibidem*, p.23).

Diante disso, para o Groppo (2008) uma análise da juventude, a partir de uma concepção dialética da condição juvenil, considera a contraditória convivência entre o objetivo de normatizar o comportamento *versus* os anseios de autonomia que acabam daí surgindo. A dialética juvenil enquanto instrumento de análise sociológica deve considerar

outras categorias sociais e condicionantes históricos para compreender a existência de múltiplos e diversos grupos juvenis. Sendo assim, ao considerarmos a multiplicidade das condições juvenis, assumimos que as condições concretas em que se vive a juventude são marcadas por desigualdades de classe, raça, gênero, território, etc.

Para Valenzuela (2021), as identidades juvenis se referem às condições de pertencimento e/ou afiliação juvenil que se constituem a partir de campos relacionais definidos por grupos não jovens. Isto significa, que as identidades juvenis em alguma instância são definidas pela relação com o mundo dos não jovens. Sendo assim, a condição juvenil é moldada por diferentes afiliações sociais e repertórios identitários, tais como gênero, classe, religião e etnia. Portanto, não se pode falar em juventude fora do contexto histórico-social das relações situadas e das filiações identitárias que os definem. Devemos, então, situá-la em um cenário de múltiplas possibilidades e limitações impostas por estruturas sociais. Ao se tratar de jovens privados de liberdade, a juventude é atravessada pela criminalização e institucionalização, marcada por múltiplas formas de violência e desigualdades sociais.

## **2.2 O direito à educação no contexto de cumprimento de medidas socioeducativas**

No Brasil, as medidas socioeducativas são aplicadas a adolescentes autores de atos infracionais, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Elas se destinam a adolescentes a partir de 12 anos, podendo estender-se até os 21 anos incompletos, conforme o art. 2º do ECA. As medidas previstas incluem: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade, internação em estabelecimento educacional e medidas de proteção. Este trabalho concentra-se especificamente na medida de internação, caracterizada pela privação de liberdade.

No estado de São Paulo, o cumprimento das medidas de internação é realizado pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA), vinculada à Secretaria da Justiça e Cidadania. A instituição opera dois tipos principais de unidades: os Centros de Internação Provisória (CIP) e os Centros de Internação (CI). Os CIP destinam-se ao acolhimento de adolescentes por até 45 dias, enquanto aguardam decisão judicial, ou por até 90 dias, nos casos de descumprimento reiterado de medida anteriormente fixada. Já os CI são destinados ao cumprimento de medidas socioeducativas de internação com duração máxima de três anos, conforme prevê o art. 121 do ECA.

Em ambos os tipos de unidade, o direito à educação é garantido por lei. O ECA (arts. 53 e 124) estabelece que o acesso à escolarização é direito fundamental, e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), instituído pela Lei nº 12.594/2012, determina que a educação deve constituir um dos eixos centrais da ação socioeducativa, articulando escolarização, atividades culturais e processos formativos. Débora Diniz (2017), em etnografia de um centro de internação feminino no Distrito Federal, tensiona a linha que separa prisão e escola ao questionar os centros de internação socioeducativos que, embora oficialmente definidos como “estabelecimentos educacionais”, reproduzem, na prática, a lógica, a estrutura e a rotina de uma prisão.

A literatura da área evidencia que a prioridade legal da educação nem sempre se efetiva no cotidiano institucional. Teixeira e Onofre (2009), em estudo sobre escolarização em medidas socioeducativas, argumentam que a educação deveria ocupar papel estruturante do processo socioeducativo, contribuindo para a constituição de projetos de vida e para a reconstrução de vínculos sociais.

Pesquisas sobre a escolarização em contextos de cumprimento de medidas socioeducativas indicam a presença de entraves estruturais e institucionais que comprometem a continuidade das trajetórias escolares dos adolescentes e fragilizam a efetivação do direito à educação (Silva, 2022). Estudos desenvolvidos em unidades específicas apontam ainda que condições como superlotação, precariedade da infraestrutura e limitações administrativas dificultam a garantia do acesso regular às atividades pedagógicas, contribuindo para a precarização do atendimento socioeducativo (Avilar; Zanella, 2020). Esses achados evidenciam que, embora a educação seja formalmente reconhecida como eixo central do socioeducativo, sua implementação cotidiana permanece subordinada às dinâmicas institucionais de controle, vigilância e punição.

Etnografias em unidades socioeducativas apontam que a educação no contexto da internação opera sob uma dupla tensão: por um lado, é apresentada como direito e política pública; por outro, é inserida em um ambiente regido por normas de segurança, vigilância e contenção (Diniz, 2017). Isso produz um cenário em que a escolarização é frequentemente fragilizada, dificultando a permanência e continuidade dos estudos após o cumprimento da medida.

Assim, compreender o direito à educação no contexto da socioeducação exige analisar como os dispositivos legais são mediados por práticas institucionais, pela lógica de controle e pelas desigualdades que marcam as trajetórias dos adolescentes atendidos. Reconhecer essa

assimetria é fundamental para pensar práticas que garantam, de fato, a centralidade da educação no processo socioeducativo.

### **2.3 Construir pontes e sonhar juventudes que não foram sonhadas**

A atividade extensionista “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP” teve início no segundo semestre de 2025, estruturada em cinco frentes de oficinas — Ciências Humanas, Redação, Ciências da Natureza, Matemática e Atividades Extracurriculares — voltadas a estudantes do ensino médio em privação de liberdade. A proposta nasceu de um projeto da disciplina “Práticas Extensionistas em Sociologia I”, do curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, no qual foi realizada uma roda de conversa sobre vestibular, universidade pública e permanência estudantil. Naquele primeiro encontro, chamou-nos atenção a quase absoluta ausência de referências sobre ensino superior no repertório dos jovens: muitos desconheciam o que era uma universidade pública, como funcionavam os cursos, ou mesmo a possibilidade de acesso gratuito.

Essa ausência não expressa falta de interesse, mas a restrição histórica do direito de imaginar futuros. Como aponta Dayrell (2007), as juventudes produzidas nas margens são constantemente interpeladas por narrativas de fracasso e tutela que comprimem suas possibilidades de projetar a si mesmas. É nesse sentido que pensamos a extensão como um exercício longo e contínuo de “sonhar juventudes que não foram sonhadas”, não no sentido de imaginar por eles, mas no de disputar o direito ao sonho como prática coletiva e política. Trata-se de construir pontes com, e não para, recusando qualquer perspectiva salvacionista.

Foi nesse sentido que, na primeira oficina, foi proposto uma dinâmica para que os jovens comparassem seus próprios cotidianos com o universo da universidade. A ideia era provocar uma reflexão sobre o que caracteriza cada um desses espaços e quais elementos, experiências e práticas aparecem em um, em outro, ou em ambos. A atividade abriu caminho para que emergissem percepções sobre distância social, expectativas, ausências e presenças, permitindo que começássemos a mapear, junto com eles, as fronteiras simbólicas que separam suas vidas da universidade.

As respostas — registradas visualmente em cartazes — evidenciaram uma distância simbólica. De um lado, apareceram elementos ligados ao cotidiano dos jovens, marcados por circulação pela cidade, cultura periférica e relações com a polícia; de outro, surgiram imagens

associadas à universidade, frequentemente percebida como um espaço técnico, especializado e distante, onde predominam saberes formais e trajetórias escolares contínuas.

A USP emergiu, assim, como um território quase abstrato: não apenas fisicamente distante, mas separado de suas vidas por camadas de desigualdade, de experiências de violência institucional e pela ausência de reconhecimento mútuo. Esse contraste mostrou que, antes mesmo de discutir acesso ao ensino superior, era preciso trabalhar as fronteiras simbólicas que os afastam desse espaço.

Essa vivência nos levou a pensar a Fundação CASA e a universidade não como polos opostos — “prisão” de um lado, “escola” de outro — mas como instituições que produzem sentidos sobre o que é ser jovem, quem pode estudar, quem merece o futuro e quem tem o direito ao desejo. A distância não está somente no espaço físico, mas no modo como a universidade se constitui, socialmente, como um lugar para “outros”. Nesse contexto, a extensão se torna um gesto também político: instaurar brechas para que os jovens possam nomear a si mesmos fora da gramática da punição.

As oficinas seguintes aprofundaram esse movimento. A cada encontro, mais do que transmitir conteúdos sobre o vestibular, a ideia era produzir um espaço de circulação de perguntas, dúvidas e curiosidades e também de desconfortos, no sentido de uma educação que se faz com diálogo e reconhecimento das histórias de vida. A intenção não era prometer caminhos lineares ou fórmulas de superação, mas apresentar mundos possíveis, disputá-los e habitá-los junto com os jovens, reconhecer suas leituras, seus modos de narrar, suas potências.

Essa experiência evidencia o papel das atividades extensionistas como mediadoras entre universidade e sociedade, não somente na perspectiva da transferência de conhecimento, mas na produção compartilhada de horizontes. No contexto da privação de liberdade, esse movimento é ainda mais significativo, pois opera na contramão da lógica de isolamento que marca as instituições totais. A presença da universidade na Fundação CASA rompe, ainda que parcialmente, a clausura simbólica que acompanha a medida de internação, criando ocasiões de encontro, circulação e construção conjunta de sentidos.

Considerando que, pela legislação, unidades de internação socioeducativa são estabelecimentos educacionais, assim como a universidade, emerge uma provocação: se ambos pertencem ao campo da educação, por que parecem ser de mundos tão distantes? A separação entre esses espaços revela desigualdades profundas e modos específicos de produzir afastamentos. Soma-se a isso o princípio, inscrito no ECA, de que a juventude é responsabilidade compartilhada entre família, comunidade e sociedade. Diante disso, qual tem

sido o papel da universidade nesse compromisso coletivo? E mais: como essa responsabilidade se tensiona quando se trata de jovens atravessados pela criminalização e pela institucionalização?

Nesse contexto, a extensão universitária se coloca como lugar possível para criar pontes, não como gesto de tutela ou salvação, mas como abertura de caminhos construídos junto aos jovens. Ao aproximar universidade e socioeducação, iniciativas como a AEX ampliam a formação docente e crítica, permitindo o contato com práticas e tensões pouco discutidas nos currículos. Para os adolescentes, podem constituir oportunidades de acessar repertórios e experiências historicamente negados, deslocando fronteiras do que lhes é permitido imaginar.

Construir pontes é sobre acompanhar o gesto político de imaginar futuros coletivamente, reconhecendo a legitimidade de seus desejos, sonhos e formas de existir. Em última instância, trata-se de afirmar que ninguém deveria ter seu direito ao sonho sequestrado pelo sistema de justiça, e que a universidade tem responsabilidade nesse enfrentamento.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo buscou refletir sobre a condição juvenil de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e suas relações com os processos educativos desenvolvidos nas unidades de internação, tomando como eixo o direito à continuidade dos estudos e as possibilidades de acesso ao ensino superior. A partir do diálogo com a Sociologia da Juventude, com a literatura sobre educação no sistema socioeducativo e com a experiência da atividade extensionista “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP”, evidenciou-se que a escolarização, embora garantida legalmente, encontra-se atravessada por múltiplas tensões institucionais, desigualdades estruturais e dispositivos de controle que fragilizam sua efetivação cotidiana. Refletir sobre as juventudes privadas de liberdade exige deslocar o olhar das narrativas hegemônicas que historicamente associam esses sujeitos ao risco, ao desvio e ao fracasso escolar.

A experiência extensionista “Da ponte pra cá: da Fundação CASA à USP” permitiu tensionar tais contradições ao aproximar dois universos que, embora formalmente pertencentes ao campo da educação, permanecem distanciados por fronteiras simbólicas e estruturais. O trabalho realizado em conjunto com os adolescentes evidenciaram que não se trata somente de garantir formalmente o acesso à escolarização, mas de possibilitar que esses

jovens possam imaginar-se no futuro, projetar desejos, reconhecer suas potências. A AEX permitiu observar, em escala microssocial, como essas fronteiras podem ser tensionadas por meio de práticas de extensão que recusam uma lógica assistencialista ou salvacionista e apostam na construção coletiva de horizontes. Mais do que transmitir conteúdos sobre vestibulares ou a universidade, as oficinas possibilitaram criar espaços de diálogo, reconhecimento e circulação de repertórios, nos quais os jovens puderam elaborar perguntas sobre seus próprios futuros e sobre os lugares que lhes são socialmente destinados. Esse processo evidenciou que imaginar o ensino superior não é apenas uma questão de informação, mas de reconhecimento do direito ao sonho - direito este sistematicamente negado às juventudes criminalizadas.

Nesse sentido, as atividades extensionistas se mostram fundamentais na construção de pontes entre universidade e sistema socioeducativo, atuando não como práticas de tutela, mas como espaços de produção compartilhada de conhecimento, circulação de afetos e ampliação de horizontes. Ao colocar em diálogo trajetórias juvenis marcadas pela institucionalização com a universidade pública, a extensão revela seu papel político e formativo, tanto para os estudantes universitários quanto para os adolescentes que participam do projeto.

Assim, garantir o direito à educação de jovens em privação de liberdade demanda o enfrentamento das desigualdades estruturais que atravessam suas vidas, bem como o fortalecimento de políticas públicas que assegurem continuidade escolar e possibilidades reais de ingresso no ensino superior. Mais do que inserir conteúdos ou preparar para vestibulares, trata-se de afirmar que esses jovens têm direito ao sonho, e que a universidade, enquanto instituição pública, tem responsabilidade ética e social na construção de condições que permitam que tais sonhos existam e se expandam. A ideia de construir pontes, como sugerido ao longo do trabalho, significa disputar, coletivamente, o direito de imaginar e produzir futuros possíveis, e a educação, entendida como prática dialógica e emancipatória, é elemento central nesse enfrentamento.

## REFERÊNCIAS

Abramovay, M. Capítulo 1 - Juventudes e Escola – Modelando o marco compreensivo-reflexivo (Pág. 21 a 30). In: Abramovay, M. Coord. Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? / Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília-DF: Flacso - Brasil, OEI, MEC, 2015.

Avilar, Wilkerson Oliveira; Zanella, Maria Nilvane. A escolarização de jovens privados de liberdade no Centro Socioeducativo Santa Juliana. Revista Educação Temática Digital, Campinas, v. 22, n. 2, 2020.

Castro, M. G.; Abramovay, M. Capítulo 1: Sobre o Conceito de Juventude. In: Castro, M. G.; Abramovay, M. Ser jovem hoje, no Brasil: desafios e possibilidades. Flacso Brasil, p.7-102015.

Dayrell, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Edu. Soc., Campinas, v.28, n.100, p.1105-1128, 2007.

Diniz, Débora. Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Brasília: LetrasLivres, 2017.

Groppo, L. A. Dialética das juventudes e Educação. In: Moraes, Regis; Noronha, Olinda Maria; Groppo, Luís Antonio. Sociedade e educação: estudos sociológicos e interdisciplinares. Campinas, SP: Editora Alínea, p.233-264, 2008.

\_\_\_\_\_. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. In: Souza, Janice Tirelli Ponte de; Groppo, Luís Antonio (Orgs). Dilemas e contestações da juventude no Brasil e no mundo. Florianópolis: UFSC, 2011.

\_\_\_\_\_. Introdução à Sociologia da Juventude. Paco Editorial, 2017.

Silva, Mariana Tafakgi Fragoso. A escolarização de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas e os desafios à proteção integral. Ameaça à Proteção Integral e o Desafio no Trabalho com Crianças, Adolescentes e Jovens, v. 5, n. 1, 2022.

Valenzuela Arce, José Manuel. Juvenicidio y necropolítica. Jovens latinoamericanos. Necropolíticas, culturas políticas e urbanidades, p. 15-39, 2021.

14º

SEMINÁRIO  
DE PESQUISA

FESPSP

Pensar o Brasil diante  
dos desafios globais

05-07 de NOVEMBRO

---

Teixeira, Joana D’Arc; Onofre, Elenice Maria Cammarosano. A escolarização de jovens autores de atos infracionais: processos e mecanismos de exclusão e inclusão escolar. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.15, n.29, p.164-179, jan./jun. 2009.